



INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2025-CMCC

A Câmara Municipal de Canaã dos Carajás – PA, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ nº 01.613.324/0001-68, com sede na Av. José Maria Primo, Qd 58, Lt. 17, Área B, CEP 68.350-311 – Bairro Ouro Preto – Canaã dos Carajás – PA, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar contratação direta por **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2025-CMCC**, do tipo menor preço global, a ser realizado com amparo na Lei 14.133/2021, para atender o objeto constante deste instrumento convocatório, mediante as condições abaixo estabelecidas e no Termo de Referência.

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PLACAS EM AÇO INOX E GALERIA, CONTENDO OS NOMES E FOTOS DOS VEREADORES; CERTIFICADO; PLACA DE HOMENAGEM; MEDALHA DE HONRA E; BOTTON DE CIDADÃO HONORÁRIO, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS – PA.

DA DATA DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS – INÍCIO E FINAL

A participação no presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Portal de Compras Públicas, disponível no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, no dia **17/04/2025 as 08h00**.

DA LEGALIDADE

A prestação dos serviços, bem como aquisição dos produtos a serem contratados tem previsão legal no Artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133 de 2021.

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos) [Decreto 12.343, de 30/12/2024] no caso de outros serviços e compras

DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão participar da respectiva Contratação Direta:

- ✓ As empresas interessadas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da presente Contratação;
- ✓ Atendam aos requisitos de classificação das propostas exigidos no Termo de Referência;
- ✓ Comprovem possuir os documentos de habilitação requeridos no Termo de Referência;
- ✓ Que estiverem previamente credenciadas perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, por meio do sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

Não podem concorrer nesta Dispensa:

- ✓ Consórcios de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;
- ✓ Empresas que estejam suspensas de participar em licitação realizada pelo Município de Canaã dos Carajás.

Canaã dos Carajás – PA, 14 de abril de 2025.

Oseias Lima da Fonseca
Agente de Contratação



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CANAÁ DOS CARAJAS
CÂMARA MUNICIPAL - PODER LEGISLATIVO



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

A Câmara Municipal de Canaã dos Carajás - PA, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ-MF 01.613.324/0001-68, com sede na Av. José Maria Primo, Qd 58, Lt. 17, Área B, CEP 68.350-311 – Bairro Ouro Preto – Canaã dos Carajás – PA, representado neste ato pelo Sr. Flávio Gomes de Souza, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, resolve formalizar o presente Termo de Referência para fins contratação do objeto abaixo discriminado, amparado legalmente pelo Artigo nº 75, Inciso II da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, que institui normas para Licitações e Contratos da Administração Pública, e suas alterações posteriores.

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PLACAS EM AÇO INOX E GALERIA, CONTENDO OS NOMES E FOTOS DOS VEREADORES; CERTIFICADO; PLACA DE HOMENAGEM; MEDALHA DE HONRA E; BOTTON DE CIDADÃO HONORÁRIO, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANAÁ DOS CARAJÁS – PA.

PLANILHA DESCRITIVA

ITEM	DESCRIÇÃO	QNTD	UNIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
01	Quadro em aço inox da legislatura 2025/2028 – Biênio 2025/2026, tam.76x86cm. Com 15 fotos impressa em alumínio, sendo 14 x 15x10 e 1 x 20x15. Com todas as gravações em alto e baixo relevo, inclusive brasão do município colorido.	01	UNIDADE	R\$ 5.935,62	R\$ 5.935,62
02	Quadro de vereador Legislatura - 26x36cm, moldura de alumínio, impressa na chapa de alumínio, sobreposto na capa de aço inox. (com foto do vereador, colocar no gabinete).	18	UNIDADE	R\$ 785,00	R\$ 14.130,00
03	Quadro diploma vereador, moldura em alumínio com foto tam. 30x40cm.	18	UNIDADE	R\$ 365,10	R\$ 6.571,80
04	Quadro placa de aço inox escovado com gravação em baixo relevo. Formato diploma: a4 (20x30), com os dizeres/texto fornecido pela licitante, conforme constante na Lei 708/2015. Acabamento: moldura cromada de alumínio com fundo em MDF/alumínio aveludado preto. No tamanho 20x30cm. Com caixa/estojó de veludo preto.	30	UNIDADE	R\$ 850,00	R\$ 25.500,00
05	Medalha de honra ao mérito legislativo com caixa de veludo preto, TAM. 10X15: em metal nobre (Latão) com banho dourado em baixo relevo, esmaltada, tendo gravado o brasão do município, "Medalha de Honra" e	30	UNIDADE	R\$ 285,85	R\$ 8.575,50



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CANAÁ DOS CARAJAS
CÂMARA MUNICIPAL - PODER LEGISLATIVO



	o nome da Câmara Municipal, e no verso o esboço arquitetônico em 3d do prédio da Câmara Municipal com a frase e data indicada pela licitante. Com passador e fita de gorgorão para peito.				
06	Botton, pin de lapela com 2,5cm de circunferência em metal folheado ouro em alta qualidade. Escudo do município e/ou brasão da República Federativa do Brasil.	30	UNIDADE	R\$ 66,17	R\$ 1.985,10
VALOR GERAL				R\$ 62.698,02	

1.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.2. O prazo de vigência oriundo do presente processo se dará a partir da assinatura do contrato.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

Trata-se de solicitação de aquisição de diplomas, medalhas de honra ao mérito para homenagens a serem entregues na Sessão Solene de concessão de títulos Honorários, que acontecerá no dia 08 de maio de 2025, sendo evento oficial organizado pela Câmara Municipal de Canaã dos Carajás, e nos termos da legislação municipal: Lei nº 708/2015 – Regulamenta a concessão dos títulos de CIDADÃO HONORÁRIO da cidade de Canaã dos Carajás/PA.

A aquisição de placa e medalha de homenagem a ser entregue pela Câmara Municipal de Canaã dos Carajás é uma forma importante de reconhecer e valorizar pessoas que contribuíram significativamente para o desenvolvimento e o progresso da Cidade. Essas placas e medalhas representam uma honraria merecida por aqueles que se destacaram em diversas áreas, como na cultura, esportes, educação, saúde, meio ambiente, entre outras.

Além disso, a entrega das placas e medalhas de homenagem em um evento oficial, pois é uma forma de tornar a cerimônia ainda mais especial e significativa, dando destaque a pessoas que ajudaram a construir e fortalecer a comunidade, contribui para a promoção de um ambiente motivador, ético e participativo, além de reforçar a importância do reconhecimento público como instrumento de incentivo à excelência e ao engajamento coletivo.

Outro ponto importante a ser considerado é que a aquisição de placas e medalhas de homenagem pode incentivar outras pessoas a se engajarem em ações e projetos que visem ao bem-estar e desenvolvimento do Município. Ao reconhecer o mérito de pessoas que já fizeram a diferença na cidade, a Câmara Municipal pode estimular outras pessoas a seguir o mesmo caminho e contribuir para um futuro ainda mais próspero e promissor.

Além das horarias, há necessidade de atualização da galeria de fotos dos agentes políticos da gestão 2025/2028. A aquisição de quadros com foto para a galeria da Câmara Municipal justifica-se pela necessidade



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CANAÁ DOS CARAJAS
CÂMARA MUNICIPAL - PODER LEGISLATIVO



de organização, identificação e valorização da memória institucional e dos representantes públicos. Esses itens desempenham funções essenciais para a preservação e valorização da nossa história.

3. DOS QUANTITATIVOS SOLICITADOS

- Quadro em aço inox da legislatura 2025/2028 – Biênio 2025/2026, tam.76x86cm. Com 15 fotos impressa em alumínio, sendo 14 x 15x10 e 1 x 20x15. Com todas as gravações em alto e baixo relevo, inclusive brasão do município colorido: 1 unidade.
- Quadro de vereador Legislatura - 26x36cm, moldura de alumínio, impressa na chapa de alumínio, sobreposto na capa de aço inox. (com foto do vereador, colocar no gabinete): 18 unidades
- Quadro diploma vereador, moldura em alumínio com foto tam. 30x40cm: 18 unidades
- Quadro placa de aço inox escovado com gravação em baixo relevo. Formato diploma: a4 (20x30), com os dizeres/texto fornecido pela licitante, conforme constante na Lei 708/2015. Acabamento: moldura cromada de alumínio com fundo em MDF/alumínio aveludado preto. No tamanho 20x30cm. Com caixa/estojo de veludo preto: 30 unidades.
- Medalha de honra ao mérito legislativo com caixa de veludo preto, TAM. 10X15: em metal nobre (Latão) com banho dourado em baixo relevo, esmaltada, tendo gravado o brasão do município, “Medalha de Honra” e o nome da Câmara Municipal, e no verso o esboço arquitetônico em 3d do prédio da Câmara Municipal com a frase e data indicada pela licitante. Com passador e fita de gorgorão para peito: 30 unidades.
- Botton, pin de lapela com 2,5cm de circunferência em metal folheado ouro em alta qualidade. Escudo do município e/ou brasão da República Federativa do Brasil: 30 unidades

Do histórico anteriormente contratado:

Ressalta-se que, até o presente momento, não foram realizadas licitações anteriores para a aquisição desses serviços, sendo esta a primeira alternativa formal para suprir tal necessidade.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

4.1 A solução é projetada para atender às necessidades específicas da Câmara Municipal de Canaã dos Carajás. Os produtos objeto desta contratação são bens comuns, considerando que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

O fornecimento de placas em aço inox e galeria, placas de homenagem, medalha de honra ao mérito e botton de cidadão honorário é uma ótima opção para reconhecer e celebrar contribuições significativas e identificar todas as pessoas que prestaram relevantes serviços nesta instituição e em nossa sociedade, mantendo a memória e reconhecendo aqueles que ajudaram a construir a história do lugar.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CANAÁ DOS CARAJAS
CÂMARA MUNICIPAL - PODER LEGISLATIVO



Espera-se com essa contratação, zelar pelo bem sob responsabilidade da administração pública de forma eficiente e econômica, de modo que os produtos contratados também sirvam para demonstrar respeito e valorização aos cargos ocupados pelos membros da assembleia e da sociedade.

A contratação ocorrerá por lote, por ser um método de aquisição em que um conjunto de produtos ou serviços é adquirido em uma única transação, em vez de serem comprados separadamente. Dessa forma, pode-se melhorar a eficiência do processo de aquisição, uma vez que reduz a necessidade de múltiplas transações e negociações.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

SUBCONTRATAÇÃO:

5.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto licitado.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

5.2. Não haverá exigência da garantia da contratação previstas nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

6. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

6.1. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, entregas, impostos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários e de funcionários, royalties, decorrentes do fornecimento da contratação, sem qualquer ônus para a Câmara Municipal de Canaã dos Carajás;

6.2. Manter a compatibilidade com as obrigações assumidas durante todo o contrato, nos termos do artigo 992, XVI da Lei 14.333/21;

6.3. Substituir às suas expensas, todo e qualquer produto que esteja em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade;

6.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo, seu e de seus subordinados, até a entrega dos produtos;

6.5. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do prazo de entrega dos produtos, sob pena de penalização.

6.6. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução do contrato

6.7. Comprovar a capacidade de exequibilidade da proposta, quando solicitado pelo órgão contratante, no tocante ao preço ofertado e as marcas descritas.

7. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:

7.1. Rejeitar todo e qualquer produto/serviços que não atendem aos requisitos constantes nas especificações na planilha descritiva;

7.2. Efetuar o pagamento na forma e no prazo estabelecido no Contrato e/ou Empenho.

7.3. Os pagamentos das notas fiscais serão realizados conforme ordem cronológica, previstas no artigo 141 da Lei 14.133/21.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CANAÁ DOS CARAJAS
CÂMARA MUNICIPAL - PODER LEGISLATIVO



8. EXECUÇÃO DO OBJETO

CONDIÇÕES DE ENTREGA:

- 8.1.** Todos os serviços/ produtos oriundos da presente contratação deverão ser novos e de boa qualidade, bem como compatíveis com os equipamentos afim de garantir a boa execução contratual.
- 8.2.** A emissão do recebimento definitivo não eximirá a Contratada de suas responsabilidades, nem invalidará ou comprometerá qualquer reclamação que órgão Contratante venha a fazer, baseada na existência de material inadequado ou defeituoso, no prazo de garantia.
- 8.3.** A entrega de materiais somente deverá ser efetuada pelo licitante vencedor, após o recebimento da Ordem de Compras, expedida pela Contratante, nos quantitativos indicados na referida correspondência oficial.
- 8.4.** Todos os custos com imposto, taxas, pedágios, fretes e demais despesas que porventura ocorrerem serão de responsabilidade da empresa Contratada.
- 8.5.** Para o perfeito fornecimento, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário;

9. LOCAL E PRAZO DA ENTREGA DOS BENS:

- 9.1.** As entregas deverão ser realizadas no prédio da Câmara Municipal de Canaã dos Carajás-PA, no prazo 05 (cinco) dias uteis.

10. GESTÃO DO CONTRATO:

- 10.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 10.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 10.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 10.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 10.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CANAÁ DOS CARAJAS
CÂMARA MUNICIPAL - PODER LEGISLATIVO



execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) e Decreto Legislativo 003/23.

10.7. A execução dos serviços/entregas serão acompanhadas pelo fiscal, nomeado pela portaria nº 048/2025.

10.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

10.8.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento e todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

10.8.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

10.8.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

10.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

10.8.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

10.8.6. Este contrato é considerado de fornecimento de serviços continuados, podendo ser prorrogado, pelo prazo da Lei 14.133/21, após findar o exercício financeiro, se houver disponibilidade de créditos orçamentários, e conforme discricionariedade do Gestor. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 105 e 106)

10.9. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CANAÁ DOS CARAJAS
CÂMARA MUNICIPAL - PODER LEGISLATIVO



10.9.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

10.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

10.11. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual, na forma do art. 117, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

10.12. Os contratos regidos por esse edital poderão ser alterados para restabelecer o reequilíbrio-econômico financeiro, a repactuação e o reajuste. A repactuação e o reajuste deverão respeitar o interregno mínimo de 1 (ano), contado da data da apresentação da proposta. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 124, “d”, 125 e 134).

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida pelo contrato;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CANAÁ DOS CARAJAS
CÂMARA MUNICIPAL - PODER LEGISLATIVO



11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II a VII acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII a XI, bem como nas descritas nos demais incisos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, ficando o responsável impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei)

11.2.4. Multa: Compensatória, para as infrações descritas nos incisos VIII a XI acima, de 0,5% a 30% do valor do contrato.

12. FORMA DE PAGAMENTO:

12.1. Após a entrega dos produtos a CONTRATADA deverá entregar a nota fiscal ou fatura correspondentes aos produtos/serviços entregues, bem como as certidões de regularidade fiscal na sede Câmara Municipal de Canaã dos Carajás, o qual deverá efetuar o pagamento em até 15 (quinze) dias após o recebimento dos documentos fiscais e autorizado pelo Fiscal de Contrato.

12.2. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.3. Será considerada data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.4.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1 Visando cumprir o §3º do art. 75, da Lei 14.133/2021, a municipalidade antes de proceder à contratação de qualquer empresa **fará publicar no site oficial aviso de dispensa, este Termo de Referência**, contendo relação de documentos de habilitação, proposta e minuta de contrato, para que empresas interessadas **possam no prazo de 03 (três) dias úteis, apresentar suas propostas**. Objetiva-se assim, a busca por propostas mais vantajosas à administração municipal, desde que as empresas atendam aos requisitos exigidos para a prestação dos serviços e após, apresentem os documentos necessários de habilitação.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CANAÁ DOS CARAJAS
CÂMARA MUNICIPAL - PODER LEGISLATIVO



12.2 O critério de julgamento das propostas financeiras será o de **menor preço global**, desde que sejam cumpridas as exigências do presente Termo de Referência.

12.3 O julgamento tipo menor preço global, busca a agilidade nos serviços de fiscalização na confecção de próteses efetuada pela empresa contratada, bem como trazer segurança ao público usuário, para que munícipes possam usufruir os mesmos de uma maneira lúdica e certeza do ótimo serviço a ser executado pela única empresa. Frise dizer, que a licitação por item para esse objeto, traz grandes transtornos prejudicando a agilidade e qualidade dos serviços.

14. DA HABILITAÇÃO

13.1 Para estar tecnicamente habilitada a empresa deverá apresentar, obrigatoriamente, os seguintes documentos relativos à Habilitação:

- ✓ CONTRATO SOCIAL OU CERTIFICADO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL;
- ✓ DADOS NECESSÁRIOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO: NOME COMPLETO, RG, CPF, ENDEREÇO RESIDENCIAL E EMPRESARIAL, E-MAIL INSTITUCIONAL, TELEFONE.
- ✓ INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA (CNPJ);
- ✓ INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES ESTADUAL E/OU MUNICIPAL;
- ✓ ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA
- ✓ CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FEDERAIS;
- ✓ CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS;
- ✓ CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS;
- ✓ CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS JUNTO AO FGTS;
- ✓ CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS;
- ✓ CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E CONCORDATA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR DA SEDE DO LICITANTE;
- ✓ DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE 18 ANOS;
- ✓ DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL;

15. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ R\$ 62.698,02** (sessenta e dois mil, seiscentos e noventa e oito reais e dois centavos) conforme custos unitários apostos em anexo.

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal, conforme abaixo:



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CANAÁ DOS CARAJÁS
CÂMARA MUNICIPAL - PODER LEGISLATIVO



EXERCÍCIO: 2025

ORGÃO: 11 - Câmara Municipal de Canaã dos Carajás

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 1101 - Câmara Municipal de Canaã dos Carajás

PROJETO / ATIVIDADE: 01.031.1427.2.067 – Manter as Atividades Administrativa da Câmara Municipal

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

SUBELEMENTO: 3.3.90.30.16

FONTE RECURSO: 15 000 000

16. DO FORO

16.1 Fica eleito o foro da cidade de Canaã dos Carajás, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes da presente contratação.

17. ANEXOS

- ✓ Minuta de Contrato;
- ✓ Modelo de declarações



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CANAÁ DOS CARAJAS
CÂMARA MUNICIPAL - PODER LEGISLATIVO



ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO Nº _____

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE
SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE CANAÃ
DOS CARAJÁS E A EMPRESA

.....

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS**, neste ato denominado **CONTRATANTE**, com sede à _____, Canaã dos Carajás – Pará, representado neste ato pelo Sr. _____ Presidente da Câmara e, de outro lado, doravante designado simplesmente **CONTRATADA**, a empresa, _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____, estabelecida _____ doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr.(a) _____, portador da Cédula de Identidade nº _____ SSP/___ e CPF (MF) nº _____, têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PLACAS EM AÇO INOX E GALERIA, CONTENDO OS NOMES E FOTOS DOS VEREADORES; CERTIFICADO; PLACA DE HOMENAGEM; MEDALHA DE HONRA E; BOTTON DE CIDADÃO HONORÁRIO, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS – PA**, conforme estabelecido no Termo de Referência e mediante as cláusulas e condições que reciprocamente estabelecem e vão a seguir mencionadas e a Proposta apresentada pela **CONTRATADA**, constantes do Processo de Dispensa de Licitação nº ____/2025/CMCC, sujeitando-se **CONTRATANTE** e **CONTRATADA** às normas disciplinares das Leis nº 14.133/2021 e Lei Municipal nº 921/2020, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. A **CONTRATANTE** contrata empresa **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PLACAS EM AÇO INOX E GALERIA, CONTENDO OS NOMES E FOTOS DOS VEREADORES; CERTIFICADO; PLACA DE HOMENAGEM; MEDALHA DE HONRA E; BOTTON DE CIDADÃO HONORÁRIO, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS – PA**, em conformidade com as condições estabelecidas no termo de referência do Processo n.º ____/2025/CMCC e seus anexos, partes integrantes deste Contrato.

PLANILHA DESCRITIVA

Nº	DESCRIÇÃO DOS ITENS	QUANT.	UNIDADE	P. UNIT.	P. TOTAL
TOTAL					

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

1. O valor deste Contrato é de R\$ (.....).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PERCENTUAL DE CORREÇÃO



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CANAÁ DOS CARAJAS
CÂMARA MUNICIPAL - PODER LEGISLATIVO



1. No caso de reajuste de preços dos itens licitados, que o licitante vencedor não tenha condição de fornecer no preço estipulado na proposta apresentada na licitação, este poderá apresentar na Comissão Permanente de Licitação, a cada 30 (trinta) dias subsequentes, comprovantes de reajustes, para que a CONTRATANTE comprove o reajuste e autorize o acréscimo do preço dos produtos, na mesma porcentagem.

CLÁUSULA QUARTA – DO AMPARO LEGAL

1. A lavratura do presente contrato decorre da realização do Processo nº. ___/2025-CMCC, realizado com fundamento no Artigo 74 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. A execução deste contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 89 a 92, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

1. A vigência deste Contrato terá início no dia ___/___/___ extinguido-se em ___/___/___, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, Portal da Transparência Municipal e Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

CLÁUSULA SETIMA – DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

1. Caberá ao CONTRATANTE:

- 1.1 - Permitir o acesso de funcionários da CONTRATADA nas dependências do CONTRATANTE, para a entrega das notas fiscais/faturas;
- 1.2 - Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;
- 1.3 - Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto deste contrato;
- 1.4 - Efetuar, periodicamente, pesquisa para obter tabela indicativa da média de percentual de reajuste de preços autorizada pelo Governo Federal;
- 1.5 - Permitir à CONTRATADA o acesso à tabela de que trata o subitem anterior;
- 1.6 - Efetuar o pagamento mensal devido pelo efetivo fornecimento dos produtos/serviços, desde que cumpridas todas as exigências do contrato;
- 1.7 - Comunicar, oficialmente, à CONTRATADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;
- 1.8 - Solicitar, sempre que julgar conveniente, a substituição de produtos que porventura tenha sido recusado pela FISCALIZAÇÃO;
- 1.9 - Denunciar a empresa revendedora dos produtos quando da suspeita de comercialização de produtos que esteja de acordo com as normas de comercialização.

CLÁUSULA OITAVA – DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

1. Caberá à CONTRATADA o cumprimento das seguintes obrigações:

- 1.1 - Efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes do orçamento, devidamente aprovado pela CONTRATANTE;



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CANAÁ DOS CARAJAS
CÂMARA MUNICIPAL - PODER LEGISLATIVO



- 1.2 - Executar diretamente este contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo CONTRATANTE;
- 1.3 - Ser responsável pelos danos causados diretamente à Administração do CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do fornecimento dos produtos em apreço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;
- 1.4 - Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do CONTRATANTE, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento dos produtos objeto deste contrato;
- 1.5 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do produto;
- 1.6 - Substituir no prazo de 24 horas, qualquer bem que o CONTRATANTE considerar que não atenda às especificações do Termo de Referência;
- 1.7 - Comunicar por escrito, ao Chefe do Departamento de Compras do CONTRATANTE, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- 1.8 - Observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos; e
- 1.9 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS.

1. À CONTRATADA caberá, ainda:
 - 1.1 - Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes deste contrato.
 2. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

1. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:
 - 1.1 - é expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a vigência deste contrato;
 - 1.2 - é expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE;
 - 1.3 - é vedada a subcontratação de outra empresa para a execução da totalidade do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

1. Durante a vigência deste Contrato, a prestação dos serviços/ fornecimento de produtos, será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato nomeado pela CONTRATANTE, por meio de ato administrativo (portaria), devidamente publicado nos meios oficiais, anexa neste Contrato.
2. O representante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento dos bens e produtos mencionados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas ao Chefe do Departamento de Compras do CONTRATANTE, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
4. A CONTRATADA poderá manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de vigência



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CANAÁ DOS CARAJAS
CÂMARA MUNICIPAL - PODER LEGISLATIVO



do contrato, para representá-la sempre que for necessário.

5. Além do acompanhamento e da fiscalização do fornecimento dos bens e produtos, o Chefe do Departamento de Compras do CONTRATANTE, poderá, ainda, sustar qualquer fornecimento que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

6. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos bens e produtos e atividades correlatas, O CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessas responsabilidades, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento, diretamente ou por prepostos designados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ATESTAÇÃO

1. A atestação das notas fiscais/faturas que comprovam o fornecimento dos bens caberá ao Chefe do Departamento de Compras e ao Fiscal de Contratos do CONTRATANTE ou servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DESPESA

A despesa com o fornecimento dos produtos/serviços de que trata o objeto, mediante a emissão de notas de empenho global, correrá a conta do elemento orçamentário:

EXERCÍCIO: 2025

ORGÃO: 11 - Câmara Municipal de Canaã dos Carajás

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 1101 - Câmara Municipal de Canaã dos Carajás

PROJETO / ATIVIDADE: 01.031.1427.2.067 – Manter as Atividades Administrativa da Câmara Municipal

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

FONTE RECURSO: 15 000 000

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO PAGAMENTO

1. A CONTRATADA apresentará nota fiscal/fatura para liquidação e pagamento das despesas, efetivamente executadas, pelo CONTRATANTE, em Canaã dos Carajás - Pará, mediante pagamento via depósito bancário, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da entrega dos documentos no Setor Financeiro do CONTRATANTE.

1.1 – O preço a ser considerado para o efeito de pagamento, para cada tipo de bem, será o constante da proposta apresentada no Processo nº ____/2025-CMCC.

2. O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o fornecimento dos bens não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita.

3. O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.

4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou previdenciária, sem que isso gere direito à alteração de preços ou compensação financeira por atraso de pagamento.

5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice de compensação financeira devido pelo CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, terá a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP= Valor da parcela a ser paga;



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CANAÁ DOS CARAJAS
CÂMARA MUNICIPAL - PODER LEGISLATIVO



I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} = \frac{(6/100)}{365} = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

5.1 - A compensação financeira prevista nesta Condição será incluída na fatura/nota fiscal seguinte ao da ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Arts. 124 ao 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

1. No interesse da Administração do CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

1.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DAS PENALIDADES

1. A CONTRATADA está sujeita à multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) sobre o valor total deste contrato por dia e por descumprimento de obrigações fixadas no Termo de Referência. A multa tem de ser recolhida pela CONTRATADA no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação.

2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração do CONTRATANTE ou Administração Pública poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

2.1 - Advertência;

2.2 - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

2.3 - Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do CONTRATANTE, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

3. Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a CONTRATADA que:

3.1 - Ensejar o retardamento da execução do objeto deste contrato;

3.2 - Não manter a proposta, injustificadamente;

3.3 - Comportar-se de modo inidôneo;

3.4 - Fizer declaração falsa;

3.5 - Cometer fraude fiscal;

3.6 - Falhar ou fraudar na execução deste contrato;

3.7 – Deixar de assinar o contrato.

4. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE e, no que couber, às demais penalidades referidas nos Artigos 155 a 163 da Lei 14.133 de 1º de Abril de 2021.

5. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas nos itens 1 a 3 desta Cláusula.

6. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, poderá



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CANAÁ DOS CARAJAS
CÂMARA MUNICIPAL - PODER LEGISLATIVO



ser aplicado à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESCISÃO

1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.
2. A rescisão deste contrato poderá ser:
 - 2.1 - Determinada por ato unilateral e escrita da Administração do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
 - 2.2 - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração do CONTRATANTE;
 - 2.3 - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
 - 3.1 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DECIMA NONA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA

1. Este contrato fica vinculado aos termos do Processo nº. ____/2025-CMCC, cuja realização decorre da autorização da Autoridade superior do CONTRATANTE e da Proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Cidade de Canaã dos Carajás - Pará, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Canaã dos Carajás - Pará, em ___ de ____ de 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

CONTRATADA



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CANAÁ DOS CARAJAS
CÂMARA MUNICIPAL - PODER LEGISLATIVO



MODELO

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa, inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº.....e o CPF nº....., DECLARA, para fins legais, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a sua qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º; que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da referida Lei Complementar e que não se enquadra nas situações relacionadas no §4º do art. 3º da citada Lei Complementar.

_____, _____ de _____ de 20__.

Representante Legal



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CANAÁ DOS CARAJAS
CÂMARA MUNICIPAL - PODER LEGISLATIVO



MODELO

DECLARAÇÃO

A empresa, inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, DECLARA, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos e mão-de-obra infantil.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

_____, _____ de _____ de 20__.

(representante)



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CANAÁ DOS CARAJAS
CÂMARA MUNICIPAL - PODER LEGISLATIVO



MODELO

DECLARACAO QUE CUMPRE AS EXIGENCIAS DE RESERVA DE CARGOS

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____ telefone nº _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

_____, _____ de _____ de 20____.

Representante Legal